



7.3 Anexo da seção 7.1 – Achados detalhados da análise de recomendações de comissões globais



Domínio	Principais achados
<p>Mecanismos de alavancagem para provocar mudanças</p>	<p>Muitas comissões globais preconizaram medidas e mecanismos amplos e necessários para estimular a mudança, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura estratégica aprovada por uma cúpula global – para estabelecer um vocabulário compartilhado e objetivos e fazer escolhas estratégicas sobre as prioridades de curto e longo prazo – acompanhada por um programa de ação e estrutura de responsabilização (ou uma Assembleia Especial da ONU), bem como planos regionais de implementação endossados por uma cúpula regional • Medidas voluntárias, como um código de prática, padrões, diretrizes, procedimentos, conjuntos de ferramentas e “diálogos sobre políticas” • Abordagens de monitoramento e melhoria, como indicadores, <i>benchmarks</i> (parâmetros de referência), metas, análises das despesas funcionais, avaliações independentes e perfis de alto desempenho • Mecanismos de planejamento, como orçamento multissetorial e planejamento de programas • Assistência técnica e financeira, e arranjos de parcerias, que podem ser rapidamente implantados quando se abrem janelas de oportunidade ou surgem crises • Mecanismos de financiamento, como o financiamento para implementação ou expansão, o financiamento condicionado a atividades ou desfechos (i.e., incentivos), uma parcela relativa maior dos compromissos de financiamento existentes, e um mecanismo centralizado para doações individuais • Novos pontos focais dentro ou envolvendo instituições existentes, como um representante especial da ONU (e possivelmente representantes regionais e enviados nacionais), um comitê intergovernamental da ONU ou uma força-tarefa interagências, um órgão de alto nível, e um observatório global, bem como grupos complementares como uma “aliança de campeões” • Tratados juridicamente vinculativos, como as convenções de estrutura • Elementos extraídos de uma estratégia mais ampla: <ul style="list-style-type: none"> ○ para apoiar a ação do país, como uma estrutura, conjunto de ferramentas de implementação, seleção e construção de uma dinâmica nos países, criação de compromissos e planos nacionais, potencialização de instituições especializadas, compartilhamento de melhores práticas e acompanhamento do progresso ○ para a ação climática, como objetivos globais claros, um mecanismo para assumir e ratificar compromissos nacionais, e uma forte estrutura de implementação ○ para a preparação e resposta a pandemias, como uma estrutura, mecanismo de governança, engajamento de instituições existentes, capacidade “sempre ativa”, agrupamento global, e a rápida articulação e expansão ○ para a coordenação interinstitucional e “nivelamento”, como o Secretário-Geral da ONU, líderes de agências da ONU e presidentes e acionistas de bancos multilaterais de desenvolvimento, alinhando as ações normativas, consultivas e de investimento de suas instituições ○ para impulsionar a autoridade institucional existente, como o Fundo Monetário Internacional, dando mais atenção a questões específicas em suas atividades de vigilância, conforme o Artigo IV
<p>Capítulo 2: Natureza dos desafios sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Algumas comissões globais propuseram o enquadramento de um desafio social de formas que haja mais possibilidades de gerar ações <ul style="list-style-type: none"> ○ e.g., estruturar como um problema de sistemas adaptativos complexos (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano) ○ e.g., reformular os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como sendo para e sobre as crianças, além das emissões de gases de efeito estufa como uma ameaça ao futuro das crianças (Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo) ○ e.g., conceituar a saúde dos adolescentes de forma mais abrangente para que ocupem uma posição central nas agendas existentes e emergentes, bem como defender a idade das “segundas chances” e a oportunidade de “dividendos triplos” (Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente) ○ e.g., enquadrar o desafio em termos sindêmicos e de sistemas para mostrar a conexão inerente e origens sistêmicas, para justificar plataformas para trabalho colaborativo, e para chamar a atenção para ações de trabalho duplo e triplo (Comissão Lancet sobre a sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas) • Algumas comissões globais recomendaram formas de responder a desafios sociais para que as ações sejam mais propensas a gerar impactos <ul style="list-style-type: none"> ○ e.g., abordar o desafio com um pacote essencial e integrado de intervenções (Comissão Guttmacher-Lancet sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos) ○ e.g., planejar e sequenciar investimentos para aumentar os benefícios das interligações entre os setores (Painel de alto nível sobre a água) ○ e.g., investir em grandes compras, boas compras e compras promissoras, conforme determinado pelas melhores evidências (Painel consultivo global de evidências em educação) ○ e.g., enquadrar como um problema de sistemas adaptativos complexos que requer uma combinação de abordagens descendente (<i>top-down</i>) e ascendente (<i>bottom-up</i>) que pode acomodar ciclos de <i>feedback</i> e apoiar a adaptação e a aprendizagem (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano) • Algumas comissões globais também recomendaram previsão e inovações como domínios que podem complementar as evidências na resposta aos desafios sociais.





Capítulo 3:
Decisões e
tomadores
de decisão:
Demanda por
evidências

- Muitas recomendações de comissões globais propuseram que os **formuladores de políticas governamentais** usassem instrumentos de política específicos para responder a um desafio social, embora geralmente não tivessem se pronunciado sobre como os formuladores de políticas poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação desses instrumentos de política
 - e.g., instrumentos de informação e educação, como relatórios públicos sobre o progresso e os impactos na saúde e no meio ambiente (Comissão global do oceano) e na equidade (p. ex., Comissão global de adaptação), bem como educação para construir vários tipos de letramento (p. ex., Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição) e plataformas digitais para fornecer a educação ou campanhas (Comissão independente de alto nível da OMS sobre doenças não transmissíveis);
 - e.g., instrumentos voluntários, como estruturas (*frameworks*), diretrizes (p. ex., Força-tarefa global sobre controle do cólera), conjuntos de ferramentas, parcerias com instituições especializadas e redes
 - e.g., instrumentos econômicos, como despesas públicas, contratos, precificação de externalidades e contabilidade de custos reais (Aliança da alimentação e uso da terra)
 - e.g., instrumentos legais, como regulamentos para abordar padrões (Comissão global sobre a economia e o clima), contratos públicos (Comissão global sobre governança da Internet) e divulgações de conflitos de interesse e outros fatores (Painel de alto nível sobre acesso a medicamentos)
- Muitas recomendações de comissões globais propuseram que os formuladores de políticas governamentais usassem estruturas e processos específicos, embora, mais uma vez, não tivessem geralmente se pronunciado sobre como os formuladores de políticas poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação desses instrumentos de política
 - e.g., mecanismos de tomada de decisão intersetoriais (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética) e iniciativas de apoio à coerência política (Comissão global sobre o futuro do trabalho)
 - e.g., processos participativos de formulação de políticas (Comissão 3-D sobre determinantes de saúde, dados e tomada de decisão)
 - e.g., auditorias independentes e ouvidorias (*ombudsman*) (Comissão Lancet sobre a síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)
 - e.g., planos nacionais
- Um número menor de comissões globais propôs que **líderes de organizações** – especialmente os líderes de empresas – usassem abordagens específicas para responder a um desafio social e, quando o fizeram, mais uma vez essas comissões não se pronunciaram sobre como os líderes poderiam ou deveriam usar evidências na seleção ou aplicação dessas abordagens
 - e.g., compromisso com princípios como os princípios do Pacto Global da ONU e Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial) e os princípios ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) expandidos (Painel global de alto nível sobre água e paz)
 - e.g., uso de ferramentas financeiras inovadoras, como precificação de externalidades (i.e., precificação que reflete externalidades ambientais e sociais), ferramentas de financiamento combinado para apoiar os investimentos dos ODS (i.e., recompensar a realização de impactos ambientais e sociais juntamente com retornos financeiros), dívida vinculada à sustentabilidade (i.e., precificação condicionada ao cumprimento de metas de sustentabilidade), e pagamento pela proteção ambiental (pagamentos por serviços que protegem e gerenciam a natureza) (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial), bem como parcerias público-privadas para reduzir o risco de investimento (Painel de alto nível sobre deslocamento interno)
 - e.g., aproveitar os mecanismos internos, como autoauditorias, estabelecer metas de contratação e oferecer incentivos aos gerentes por meio de avaliações de desempenho e compensação vinculada às metas (Painel de alto nível sobre o empoderamento econômico das mulheres)
- Uma comissão global se referiu a uma expectativa de que os líderes de organizações vão “apoiar a ciência sólida e fazer uso dos resultados na definição de metas baseadas na ciência em seus roteiros setoriais” (Comissão de desenvolvimento sustentável e empresarial)
- Poucas comissões globais recomendaram que os **profissionais** respondessem aos desafios sociais independentemente de seu papel nos governos e organizações, embora uma comissão tenha recomendado aos profissionais promoverem abordagens baseadas em evidências (Comissão global de políticas sobre drogas)
- Poucas comissões globais recomendaram que os **cidadãos** desempenhassem um papel mais ativo na resposta aos desafios sociais
 - e.g., manterem-se informados sobre seus direitos e prerrogativas, comunicar suas necessidades e preferências aos prestadores de serviços, e ter letramento em saúde e dados (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
 - e.g., encorajar os cidadãos que agem como formadores de opinião a desempenharem seu papel com responsabilidade e responsabilizar os tomadores de decisão (Comissão global de políticas sobre drogas)
 - e.g., desenvolver a capacidade de se envolver na formulação de políticas (Painel global de alto nível sobre água e paz)
- Algumas comissões globais observaram os papéis que outras pessoas podem desempenhar no apoio aos cidadãos, incluindo jornalistas (Painel de alto nível sobre deslocamento interno) e profissionais como professores, policiais, trabalhadores comunitários e profissionais de saúde (Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente)
- Uma comissão global recomendou que os cidadãos “pressionassem por uma maior responsabilidade social por meio de boletins dos cidadãos, monitoramento da comunidade, auditorias sociais, orçamento participativo, cartas dos cidadãos e comitês de saúde” (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)



Capítulo 4:
Estudos,
sínteses e
diretrizes:
Oferta de
evidências

- Muitas recomendações das comissões globais preconizaram o aumento da coleta e compartilhamento de dados, que são um fundamento para a **análise de dados** como uma forma de evidências, porém:
 - pouca atenção foi dada ao problema da parcimônia no que é coletado, à qualidade dos dados e da análise de dados, e à oportunidade no compartilhamento (com uma exceção na Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
 - parece presumir que uma robusta análise de dados será realizada e depois apresentada de formas que possa informar a tomada de decisão e apoiar a responsabilização, inclusive com atenção a considerações de equidade
 - não fica claro quais tipos de perguntas a análise de dados pode responder melhor ou as formas de evidências que podem responder outros tipos de perguntas necessárias para a tomada de decisão
- Algumas dessas recomendações das comissões globais preconizaram ações específicas relacionadas ao aumento da coleta e compartilhamento de dados e ao equilíbrio dos benefícios e danos do uso de inteligência artificial (embora não necessariamente no contexto da análise de dados)
 - e.g., harmonizar métricas, estabelecer sistemas de monitoramento e compartilhar dados de acesso aberto (Comissão global de adaptação)
 - e.g., estabelecer uma plataforma global de compartilhamento de dados (Comissão global do oceano e Global Zero) e um observatório global que possa apoiar comparações entre países (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição e Comissão UCL–Lancet sobre migração e saúde)
 - e.g., regulamentar a inteligência artificial (Comissão global sobre o futuro do trabalho) e garantir que seja projetada de forma a permitir que as ações sejam explicadas e que os humanos sejam responsáveis por essas ações (Painel de alto nível sobre cooperação digital)
- Quando outras formas de evidências foram abordadas, as recomendações apresentaram uma tendência a propor o aumento do fluxo de **novas evidências**, como novas avaliações (Painel independente de alto nível do G20 sobre o financiamento de bens comuns globais para preparação e resposta à pandemia), mas não
 - a melhoria da relação sinal/ruído no fluxo de tais evidências
 - o melhor uso dos estoques de evidências existentes
 - a combinação de diversas formas de evidências
- Algumas comissões globais recomendaram **avaliações**
 - e.g., avaliar o que funciona (Comissão de educação; Comissão global de adaptação; Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS; Comissão Lancet sobre saúde e bem-estar do adolescente; e Comissão Lancet sobre mulheres e doenças cardiovasculares)
 - e.g., avaliar impactos em vários domínios (p. ex., impactos de saúde, econômicos e ambientais) e horizontes temporais (Comissão 3-D sobre determinantes de saúde, dados e tomada de decisão)
 - e.g., pré-aprovar desenhos de ensaios em preparação para emergências sanitárias (Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro) e ter capacidade regional para ensaios (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., avaliar produtos como vacinas, diagnósticos e tratamentos terapêuticos (Força-tarefa de crises de saúde global), embora não as estratégias de arranjos de sistemas e de implementação que podem levar os produtos certos às pessoas que precisam deles
- Poucas comissões globais recomendaram **pesquisa do comportamento / de implementação**
 - e.g., impulsionar *insights* comportamentais e economia comportamental (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética; Comissão global sobre a economia e o clima)
 - e.g., usar campanhas e outras estratégias para mudar comportamentos, como rotulagem de alimentos (*Champions 12.3*), embora sem menção explícita sobre a necessidade de pesquisas do comportamento / de implementação
- Um número ainda menor de comissões globais recomendou outras formas de evidências, como:
 - **modelagem** (*Champions 12.3* e Comissão Lancet sobre a síndrome global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas)
 - **informações qualitativas**, nesse caso pesquisa em ciências sociais para apoiar o engajamento da comunidade (Força-tarefa de crises de saúde global)
 - **sínteses de evidências**, nesse caso sobre grandes compras, boas compras e evidências promissoras, mas limitadas (Painel consultivo global de evidências em educação)
 - **diretrizes**, nesse caso diretrizes baseadas em evidências sobre a “programação” (*scheduling*) de drogas (ilícitas) (Comissão global de políticas sobre drogas)
- Uma comissão global recomendou o uso de muitas formas de evidências (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição), enquanto outra recomendou a publicação obrigatória de protocolos e achados de estudos, e o compartilhamento obrigatório de dados individuais anônimos de pacientes (Painel de alto nível sobre acesso a medicamentos)



Capítulo 5:
Papel dos intermediários de evidências

- Muitas comissões globais recomendaram que o **Sistema da ONU**, incluindo seus escritórios regionais e nacionais, aproveitasse melhor o seu papel normativo (p. ex., diretrizes) e o seu papel consultivo (p. ex., assistência técnica aos estados-membros), embora raramente as evidências foram apresentadas de forma explícita como uma base necessária para o desempenho desses papéis (p. ex., Comissão OMS-UNICEF-Lancet sobre um futuro para as crianças do mundo)
- Algumas comissões globais recomendaram um maior apoio a **outros tipos de intermediários de evidências**, como os serviços de extensão agrícola que apoiam os agricultores (*Champions 12.3*)
- Algumas comissões globais recomendaram tipos de **estratégias** que podem ser utilizadas por intermediários de evidências, embora as evidências raramente tenham sido explicitadas como o foco de tais estratégias
 - e.g., compartilhar exemplos de desfechos e impactos alcançados, como por meio de educação por pares (Comissão global de adaptação), mentoria (Painel de alto nível de *experts* sobre segurança alimentar e nutrição; Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS) e comunidades de interesse (Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço)
 - e.g., auditar estruturas, processos e resultados para identificar oportunidades de melhoria (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano)
 - e.g., apresentar informações de maneira compreensível, com apoio adicional a grupos que são frequentemente marginalizados, desfavorecidos e sujeitos a discriminação (Comissão Guttmacher-Lancet sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos para todos)
 - e.g., combater informações falsas e desinformações *online*, por meio de checagem de fatos e de outros esforços para conter alegações que não são baseadas em fatos (Comissão UCL-Lancet sobre migração e saúde)
 - e.g., manter plataformas para compartilhar conhecimento (Painel de alto nível sobre deslocamento interno)
 - e.g., manter *help desks* para responder rapidamente às solicitações (Painel de alto nível sobre cooperação digital)
 - e.g., construir capacidade entre tomadores de decisão (Painel global de alto nível sobre água e paz), incluindo letramento matemático e outros tipos de letramento (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., convocar diálogos nacionais (Comissão global de adaptação; Painel de alto nível sobre a água)
- Uma comissão global recomendou separar o fornecimento de aconselhamento de insumos (p. ex., sementes) para fortalecer o incentivo, para recomendar abordagens que reduzam os custos de insumos e promovam outros objetivos (Aliança da alimentação e uso da terra)
- Outra comissão global recomendou a responsabilização dos líderes por seus compromissos de impacto coletivo, o que será necessário para os intermediários de evidências que trabalham como parte de um sistema de suporte de evidências de alto desempenho (Painel de alto nível para uma economia sustentável do oceano)



Capítulo 6:
Necessidade de bens públicos globais e capacidades distribuídas de maneira equitativa

- Algumas comissões globais recomendaram que instituições específicas desempenhassem um papel fundamental com relação aos **bens públicos globais** (p. ex., Banco Mundial, OMS e a Organização Internacional para Padronização, ou ISO), embora nenhuma dessas comissões tenham abordado os bens públicos globais relacionados a evidências
 - e.g., estabelecer um novo mandato e compromisso de financiamento para o Banco Mundial, visando promover bens públicos globais relacionados ao desenvolvimento (Painel de alto nível sobre o futuro dos bancos multilaterais de desenvolvimento)
 - e.g., articular o papel da OMS com bens públicos globais para apoiar a preparação e a resposta à pandemia (Painel independente para preparação e resposta à pandemia)
 - e.g., incentivar a ISO desenvolver e adotar um padrão internacional (Painel de alto nível sobre a água)
- Algumas comissões globais recomendaram bens públicos globais que poderiam ser relevantes para bens relacionados a evidências:
 - e.g., Internet (Comissão global sobre governança da Internet)
 - e.g., educação primária e secundária, infraestrutura de comunicação, novas medidas de qualidade e um repositório global de tais medidas (Comissão Lancet sobre sistemas de saúde de alta qualidade na era dos ODS)
- Outras comissões globais recomendaram medidas que podem ser consideradas bens públicos globais – mesmo que não o tenham feito de forma explícita – e que podem ser relevantes para bens relacionados a evidências:
 - e.g., convergir processos e padrões regulatórios (Comissão sobre uma estrutura de risco de saúde global para o futuro)
 - e.g., harmonizar padrões (Comissão global para ação urgente sobre eficiência energética)
 - e.g., padrões voluntários (Aliança da alimentação e uso da terra)
 - e.g., plataformas comuns de aprendizagem digital com certificação de conteúdo apropriado para currículos e mercados de trabalho, bem como sistemas comuns de acreditação de competências que suportem portabilidade (Comissão de Educação)
 - e.g., plataformas digitais para triagem de fatores de risco (Comissão Lancet sobre mulheres e doenças cardiovasculares)
- Algumas comissões globais recomendaram **capacidades distribuídas**, embora nenhuma abordasse uma divisão de trabalho apropriada (p. ex., o que o Sistema da ONU, seus escritórios regionais e seus escritórios nos países podem cada um deles fazer melhor)
 - e.g., beneficiar-se da Internet – padrões abertos, pontos de acesso público, dispositivos acessíveis, acomodações para refugiados e pessoas com incapacidades, e métricas de acesso, bem como capacidades distribuídas para governar, desenvolver e usar a Internet com segurança (Comissão global sobre governança da Internet)
 - e.g., implementar o Regulamento Sanitário Internacional – autoavaliações, avaliações externas periódicas, discussão pública dessas avaliações na Assembleia Mundial da Saúde, uma abordagem de custo para suportes de implementação, e uma transição para um enfoque mais amplo sobre o fortalecimento de sistemas de saúde à medida que as capacidades amadurecem (Força-tarefa de crises de saúde global)
- Outras comissões globais recomendaram um órgão central para apoiar a construção de capacidades (Comissão global sobre a estabilidade do ciberespaço) e para pensar em termos de caminhos de aprendizagem e aprendizagem ao longo da vida (Comissão de alto nível sobre emprego em saúde e crescimento econômico)